

## O FABRICANTE DE FLAUTA NA PÓLIS DOS ATENIENSES

Neyde Theml\*

### Résumé

*Cet article a pour but mettre quelques questions sur le status des métiers dans la société des athéniens. Les exemples analysés sont à propos des fabricants et des jouers des flûtes. Bien sûr qui les flûtistes ont les bouches et les faces modifiés, mais les flûtes sont des instruments des hommes et des femmes.*

Existe um grande número de teses que discutem a “*economia antiga*” e o lugar do artesanato tanto em relação a sua produção quanto ao seu prestígio social nas póleis<sup>1</sup>.

O historiador Moses I. Finley<sup>2</sup> apresentou o modelo de “*economia antiga*” pressupondo que existia um mesmo tipo de economia para um longo período da História que iria da Grécia Arcaica – VIII século a.C. à desagregação do Império Romano no IV d.C. Desta forma, ele construiu um modelo<sup>3</sup> de produção que enfatizava os princípios de unidade e de permanência das práticas e das concepções relacionadas à produção, ao trabalho, à riqueza e às trocas. O modelo de Finley de “*economia antiga*” pode ser resumido nas seguintes premissas: 1<sup>a</sup> - visava à *autonomia econômica* do Estado (república); 2<sup>a</sup> - a base da produção e da riqueza social vinha da atividade agrícola; 3<sup>a</sup> - as repúblicas antigas não conheceram os conceitos de *investimento* e de *mercado*; 4<sup>a</sup> - todos os bens econômicos tinham o *valor de uso*, logo não se produziam mercadorias, o que quer dizer que o preço das coisas não era fixado pelo *mercado*; 5<sup>a</sup> - o centro urbano era um lugar de consumo mais do que de atividades artesanais, comerciais ou financeiras; 6<sup>a</sup> - o processo de urbanismo resultava de motivações político-culturais e não do crescimento econômico; 7<sup>a</sup> - o conceito de prestígio

---

\* Professora Titular de História Antiga, IFCS/UFRJ. Pesquisadora com Bolsa do CNPq.  
E:mail: neydetheml@webcorner.com.br

sociopolítico – *status social* – predominava em cada sociedade; 8ª - a economia estava encravada nas relações políticas e religiosas; 9ª - a moeda tinha um valor real – o peso em prata ou o peso em ouro e um valor simbólico emblemático, como se fosse uma *propaganda* de cada *pólis* – representava os ideais cívicos de cada república; 10ª - a escravidão antiga não teve o mesmo significado da escravidão moderna na produção social. Homens livres (cidadãos ou estrangeiros) e escravos trabalhavam lado a lado, habitavam na mesma casa e, mesmo sendo considerados como instrumento de trabalho, não eram tratados como as demais ferramentas. Os escravos não eram utilizados como uma estratégia econômica para o aumento da produção, ou para investimento ou para a abertura de novos mercados. A preocupação dos proprietários e artesãos das oficinas era a qualidade e a beleza do produto e não o aumento da produção para criar novas necessidades e novos contatos.

Este modelo de Moses Finley foi contestado por muitos historiadores; por exemplo, Jean Andreau e Raymond Descat<sup>4</sup> consideraram que houve mudanças na economia das Cidades-Estados dos helenos do VIII ao IV séculos a.C. Segundo estes historiadores, não se pode pensar que a economia Arcaica (VIII ao VI séculos a.C.) fosse a mesma da época de Péricles (V século a.C.) ou da de Alexandre da Macedônia (IV século a.C.).

As mudanças na economia aparecem a partir do V século a.C., quando se pode observar, principalmente entre os atenienses, uma transformação no comportamento econômico. Isto se dá pelo duplo fato de que as práticas de comprar e vender a longa distância havia crescido paralelamente com a sua frota, e pelo aumento das fortunas artesanais e comerciais inteiramente separadas das que provinham da produção fundiária.

Quando nos propusemos a tomar como pesquisa o lugar social do artesão ateniense, foi preciso, primeiro, saber como os historiadores explicavam a economia desta república, a seguir confrontar os documentos disponíveis e testar o modelo de “*economia antiga*” no que se refere ao item dois do modelo que afirma: “a base da produção e da riqueza social vinha da atividade agrícola” e do item seis, que diz: “o conceito de prestígio sociopolítico – *status social* – predominava em cada sociedade”.

A nossa hipótese é que a *pólis* dos atenienses tem por base relações de produções interligadas e complementares, tanto no que concerne à atividade agrícola quanto à artesanal. Na região da Ática, os produtos do campo e os dos centros urbanos são interdependentes e voltados para a atividade marítima

à longa distância desde o VIII até o IV séculos a.C. Portanto, existem mudanças paulatinas, durante estes séculos, no que toca a esta interligação campo/cidade para que Atenas pudesse chegar à liderança das trocas no mar Mediterrâneo entre o V e o IV séculos a.C. Quanto ao *status* social, os atenienses criaram uma sociedade plural, mas hierarquizada através de uma rede de valores morais e cívicos interdependentes que garantia a reprodução das relações de cidadania ativa, principalmente entre os partidários do regime democrático.

Quais as condições que possibilitaram a interligação da produção do campo com a da cidade e a criação de conjuntos de valores socioculturais que produziram uma hierarquia social de prestígio? Estes conjuntos de valores variavam de acordo com os grupos sociopolíticos, como aristocráticos, democráticos e oligárquicos?

O território cívico da Ática, que correspondia à *pólis dos atenienses*, possuía 2.650 km<sup>2</sup>, sendo que 1000 km<sup>2</sup> eram de montanhas. Este território cívico apresenta três regiões geográficas bem povoadas por grupos sociais com atividades econômicas diversificadas, tanto agrárias quanto artesanais, ou mesmo destinadas à transformação por artesãos (*демиουργοί*).<sup>5</sup> Neste território, os espaços disponíveis requeriam um trabalho árduo de todos que nele quisessem habitar. Praticamente, eles conheciam três estações: o inverno, quando a semente descansa no solo; a primavera e o verão apareciam como um só tempo – o da colheita e o da navegação; e o outono, a estação das frutas e dos trabalhos nos campos.

As regiões ocupadas eram:

1ª - A *Diácria* - região de montanhas e outeiros áridos (1000 km<sup>2</sup>). Em algumas destas montanhas, como, por exemplo, a montanha do Pentélico, com 1108 m. de altura, encontravam-se atividades de extração do mármore e ao pé desta montanha existiam três associações de ferreiros. Estes artesãos eram bons no trabalho com o fogo, confeccionando foicinhas e escudos. No monte Hymeto, com 1027 m. de altura, havia o trabalho dos apicultores, e o mel era usado para a produção de doces e remédios. No Laurion encontra-se a extração da prata, que podia ser utilizada para confecção de objetos, mas era principalmente usada para a cunhagem da moeda, sendo as oficinas de cunhagem ateniense consideradas as melhores pela habilidade dos artesãos. Ao lado dessas atividades artesanais, estavam o pastoreio de cabras, de carneiros e, ao mesmo tempo, a produção de leite, queijos e coalhadas.

Próximos, encontram-se os curtumes, que preparavam as peles de cabras para serem transformadas em sandálias, cintos e outros objetos de uso diário, a tosa e a lavagem da lã, a qual fazia parte das etapas da preparação dos fios para tecelagem. Ainda nas montanhas, viviam os carvoeiros que abasteciam os fornos das oficinas dos oleiros e dos ferreiros e os lenhadores que conheciam as madeiras para construção civil. Encontra-se, nesta região, o plantio do pistache, do mirto, da lavanda, do tímo e de plantas odoríferas em geral, que eram usadas por artesãos especializados no preparo dos perfumes e das poções. No sopé das montanhas, ainda encontramos, ao lado das tarefas de jardinagem dos vinhedos, a ocupação na extração das minas de calcário. Vale lembrar que o vinho que se produzia dependia de um recipiente para transportá-lo; entre os helenos, eram os vasos produzidos pelos oleiros que serviam como transporte do vinho, perfumes, poções e dos cereais. O calcário que se extraía das minas destinava-se à construção civil. Na margem esquerda do rio Céphiso, ao sul do monte Parnes, com 1413 m. de altura, ficava um outro grupo de ferreiros ligados ao culto do deus Hefestos<sup>6</sup>, e os construtores que cultuavam o herói Dédalo<sup>7</sup>. Na região da Diácria, no cabo Côlias, estavam oleiros que concorriam com os oleiros do bairro do Cerâmico, ao norte do centro urbano de Atenas.

2ª - A região do Pédion compreendia as planícies de Eleusis, com 12 km por 8 km; da Mesogéia, com 12 km por 12 km, cuja atividade principal era a agricultura de centeio, cevada e aveia<sup>8</sup>; a planície de Maratona, com 10 km por 3 km, era uma região de pântanos, e a planície do rio Céphiso, com 10 km por 15 m, era a terra boa para o plantio da oliveira e da figueira<sup>9</sup>.

3ª - A região da Parália correspondia ao litoral da Ática, com 180 km de costa voltada para o Mar Egeu. Esta costa marítima estava povoada e envolvida com as atividades da pesca, da construção e da manutenção dos portos, como Phaleros, Mounichia, Zea e o Pireu. E ainda observam-se atividades relacionadas à construção, reformas e manutenção dos barcos, à segurança da navegação e à atividade comercial através do porto do Pireu, que permitia a livre circulação das embarcações.

Neste território, uma população<sup>10</sup> bem diversificada em grupos sociais e com diferentes interesses se uniu e se organizou politicamente sob a forma de um Estado republicano no VIII século a.C. e nesta forma política se manteve até o IV século a.C.

Viver na *pólis* era compartilhar de alguns valores<sup>11</sup> indispensáveis, tais como: 1º - a *pólis* era um Estado do Direito; isto significava que um

cidadão ateniense só obedecia à lei; 2º - para ser cidadão em Atenas, era preciso ser filho de pai ou mãe ateniense; 3º - os interesses da comunidade eram mais importantes que os interesses particulares; 4º - todo cidadão tinha o direito e o dever de votar e ser eleito para exercer uma função política em uma das instituições; 5º - todos os cidadãos eram iguais diante da lei; 6º - todo cidadão tinha o direito à liberdade, à livre expressão e ao *tempo livre* (*scholé*)<sup>12</sup> para se dedicar à atividade política, às festas e aos jogos patrocinados pela *pólis*. Logo, o que qualificava um cidadão como virtuoso, honrado e igual eram o tempo e o esforço que ele dedicava publicamente aos interesses da comunidade, à luz do sol, olho no olho e face a face, além da coragem e do valor da sua palavra; 7º - viver na *pólis* já significava que o cidadão era um guerreiro, seja na infantaria pesada, seja na marinha. Qualquer cidadão tinha o direito e o dever de defender o território cívico<sup>13</sup>. O território cívico era bem demarcado nas suas fronteiras com fortes, santuários, templos, bosques, montanhas sagradas que indicavam, ao mesmo tempo, a pertença e a identidade cívica<sup>14</sup>; 8º - todo cidadão deveria prestar os respectivos cultos aos deuses, de acordo com os rituais e com muito rigor; 9º - o que os atenienses chamavam de *autonomia*<sup>15</sup> se referia à independência política, econômica, jurídica e religiosa; 10º - a *pólis* dos atenienses era uma sociedade plural e hierarquizada, isto porque tanto o conceito de belo quanto o de justo pressupunham conviver com a diversidade e as diferenças, mas era ordenada segundo os princípios da harmonia, do equilíbrio, *da justa medida* e da proporção; 11º - a *pólis* era a união harmônica entre o campo e a cidade; logo, a *pólis* era o conjunto do território cívico e de toda a sua população; 12º - a produção social estava ligada à lógica da harmonia das partes com o todo, ou seja, à parte – tanto a família quanto as pessoas não podiam ser maiores ou mais ricas ou mais fortes que o todo (o conjunto) – a comunidade/*pólis*. Sendo assim, o princípio que rege a produção social está sustentado na seguinte lógica: *que as necessidades da comunidade (conjunto da população) são finitas e os recursos disponíveis são infinitos*. Isto porque tanto a terra quanto a natureza – o *kósmos*<sup>16</sup> – são infinitamente perfeitos. Cada família produzia o necessário para a sua autonomia, garantindo a autonomia econômica da comunidade para que os cidadãos tivessem o tempo disponível<sup>17</sup> para dedicar-se à gerência dos interesses comuns/públicos e à convivência baseada na *justa medida*. Desta forma, os cidadãos e a população da Ática consideravam que a *pólis*<sup>18</sup> era a forma política mais segura de se viver<sup>19</sup>. Cada unidade de produção (a família ou a oficina<sup>20</sup>) administrava,

colocava em ordem, usava e, se pudesse, aumentava o seu patrimônio. Assim, existia uma interligação entre a organização social da força destinada à produção de *bens econômicos* tanto nas casas, nas oficinas quanto no Estado/*pólis*. Portanto, existem a divisão e a especialização das tarefas (ofícios), os instrumentos destinados à produção, a matéria-prima, os produtos, as trocas, o pagamento ao artesão por seu esforço e habilidade na confecção do produto, os lugares de troca (praça<sup>21</sup> e o porto), os preços, a riqueza e o patrimônio. No entanto, o que hoje se entende por lucro e por investimento era desconhecido. Os atenienses entendiam como lucro tudo aquilo que vinha do botim da guerra ou o que recebiam por troca de presentes ou por prêmios; logo, o que resultava da agricultura, das oficinas ou das trocas era considerado como riqueza e aumento do patrimônio. Desta riqueza pessoal, uma parte deveria retornar<sup>22</sup> à comunidade sob a forma de manutenção e construção da frota e do porto; na promoção das diversas festas coletivas religiosas durante todo o ano; na produção das competições atléticas, musicais, poéticas, e na organização dos festivais no teatro; na construção, manutenção e embelezamento da cidade (centro urbano), dos seus edifícios públicos, dos monumentos, da muralha, das fontes públicas, de pórticos, de jardins, dos lugares de espetáculos, de templos, de caminhos e outras construções consideradas necessárias para se viver juntos e face a face e de acordo com as leis. Esta prática social, por sua vez, incentivava a formação de vários tipos de ocupações remuneradas<sup>23</sup>.

A economia da Cidade-Estado dos atenienses era o resultado da organização das atividades agrárias, artesanais e comerciais (à curta e longa distância). Apesar da diversidade da produção e da especialização das tarefas, esta sociedade não estava baseada na ética do trabalho<sup>24</sup>. Ela promoveu a valorização do belo, do bom, do justo, da *justa medida*, da palavra, do debate olho no olho, da coragem, de se dispor do *tempo livre* para convivência entre os amigos e para a participação política ativa, priorizando os interesses coletivos. Este estilo de vida, este modo de ser nos coloca diante de uma sociedade completamente diferente da nossa. Daí a dificuldade que temos de compreender o sentido das palavras, das coisas e das práticas sociais, pois estamos diante de um outro distante no tempo e no espaço. Vejamos alguns aspectos que nos mostra esta alteridade.

Em primeiro lugar, podemos afirmar que em Atenas havia condições básicas para a existência da atividade artesanal, a saber – existem: 1º - clientes internos e externos; 2º - condições de aprovisionamento; 3º - mão-de-obra

disponível e especializada; 4° - a matéria-prima; 5° - o interesse do Estado em garantir a segurança do aprovisionamento e da circulação da produção.

A nossa questão aparece à medida que não encontramos entre os helenos antigos uma palavra que significasse trabalho com o mesmo sentido que usamos hoje, ou seja, como um valor presente nas relações sociais e como um conceito<sup>25</sup>. A palavra *érgon* significava qualquer atividade humana que gerasse alguma coisa. Seja correr nos jogos, tocar flauta, colher, tecer um manto, produzir uma ânfora, cantar ou declamar um poema. *Érgon* significava que quem exerce a atividade possui os instrumentos de trabalho e a virtude de saber fazer, seja confeccionar uma coisa, e o *demiurgós* era o termo genérico para artesão, seja para semear e colher, e o termo genérico era *georgós*. *Érgon* significava que quem exerce a atividade não está sob o comando de ninguém. Isto é, o artesão, ou o camponês, sabe fazer e usar os instrumentos adequados.

Uma outra palavra usada era *ponós*. Ela não era sinônimo de *érgon*. *Ponós* implicava numa atividade para produzir alguma coisa, mas, quando empregada, nos textos, ela tem o sentido de que quem está exercendo a atividade está a serviço de alguém e, por esta razão, recebe um *misthós*<sup>26</sup> pela "jornada do trabalho". O artesão ou mesmo um camponês que trabalhasse para servir a outro devia obediência à pessoa que lhe pagava pelo serviço. Existe, neste caso, uma relação de submissão à ordem de um outro; portanto, o *status* social deste homem era diferente daquele que agia por conta própria. Desta forma, *érgon* e *ponós* denotam níveis de prestígio e de hierarquias sociais<sup>27</sup>.

Podemos considerar que, na *pólis*, os artesãos formavam grupos socioprofissionais diferentes, caracterizados por uma prática manual e desta forma uma outra situação de hierarquia irá aparecer em relação ao seu prestígio social. Os que agiam por conta própria e os que estavam a serviço de outro ficavam socialmente na mesma posição social, com uma aparente igualdade. Isto porque os que possuíam os instrumentos de confecção, a matéria-prima, a prática, o talento e as habilidades manuais especializadas produziam artefatos, objetos, coisas que carregavam com elas parte da sua virtude, não importava se trabalhassem por conta própria ou por prestação de serviço. Por esta razão, os artesãos eram chamados ou por sua *téchne* ou por sua *poíesis*.<sup>28</sup>

Algumas atividades artesanais eram realizadas no interior de uma oficina, no centro urbano, protegidas pelas muralhas ou no interior da própria

casa do artesão, num espaço que desse acesso direto à rua<sup>29</sup>. Todos aqueles que não *trabalhassem* ao ar livre – na terra, no dizer dos atenienses – tinham a pele branca, como a das mulheres, e eram chamados de forma pejorativa de artesãos - *bánausoi*<sup>30</sup>.

A gerência da produção do artesão, seja na sua casa ou na sua oficina, seguia os mesmos princípios da organização política, isto é, produzir artefatos belos e de qualidade, pois as necessidades da sociedade eram limitadas, ou seja, produzir uma quantidade de objetos já conhecida previamente pelo artesão. A especialização do artesão apareceu para tornar o produto melhor e não para aumentar a quantidade do que se produzia.

Na oficina, admitia-se o trabalho de artesãos por jornada ou tarefa; artesãos que possuíssem seus instrumentos de trabalho ou somente sua habilidade renomada; homens livres (cidadãos ou estrangeiros domiciliados) e escravos. Dependendo do que produzia, a oficina podia se organizar de forma vertical, ou seja, várias oficinas separadas, cada uma cumprindo uma etapa para se chegar ao produto final, ou, ainda, de forma horizontal, ou seja, numa só oficina se confeccionava todo o produto e ainda se especificava para quem se destinava o produto final e sua quantidade. O êxito de uma oficina estava na habilidade dos artesãos, na segurança das vendas e no acesso à matéria-prima. As oficinas estavam diretamente ligadas aos seus clientes internos e externos e a relação mais segura era aquela estabelecida no interior da *pólis*, entre o campo (*chôra*) e a cidade (*ásty*). A distribuição do produto poderia ser feita na própria oficina ou em retalho na *agorá*, ou, ainda, em grande escala pelo porto. O preço do produto estava ligado ao *valor de uso* e gerenciado pela *pólis*, através da fiscalização na *agorá* e no porto. O próprio artesão poderia ir à *agorá*, ou um pequeno comerciante (*kapelikós*) ou um grande comerciante; o comerciante de longa distância (*emporikós*) o fazia por ele.

A *pólis* dos atenienses tinha um centro urbano com um grande número de oficinas; por exemplo, ao noroeste da cidade, no interior da muralha, estavam as oficinas dos oleiros no bairro (*dêmos*) do Cerâmico, que produziam vasos para uso diário, mas fabricavam os recipientes para transporte do vinho, do azeite, do mel, dos perfumes, dos cereais que eram produzidos no campo, mas que dependiam destes artesãos e dos comerciantes. Ao lado das oficinas dos oleiros, estavam as dos ferreiros, que faziam espadas, escudos, elmos para a infantaria ateniense ou trípodes para as cozinhas ou para os rituais, as facas especiais para sacrifícios de animais, as foicinhas e



instrumentos para o trabalho nos campos. No porto do Pireu, as oficinas de construção e reparação de navios fizeram com que aparecesse um novo centro urbano e planejado diferente do que havia acontecido com o centro de Atenas em torno da Acrópole; na região do Torikos, as minas de prata levaram a formar um outro centro urbano para atender aos mineradores e aos concessionários das minas de prata. Cada centro urbano que se formava indicava a existência de artesãos com os mais diferentes ofícios e de vários tipos de comerciantes. Portanto, os centros urbanos não eram meros consumidores e nem surgiram exclusivamente para gerenciar o culto ou as instituições políticas.

Fica claro que os artesãos, fossem cidadãos ou estrangeiros domiciliados ou mesmo os escravos, estavam na sua maioria no centro urbano, e o que produziam estava intimamente ligado com a produção do campo. Desta forma, existiu uma relação simétrica entre o campo e a cidade em relação aos produtos que circulavam na *pólis*. Alguns artesãos se tornaram famosos por sua habilidade como pintores de vasos, escultores, construtores, ourives, cunhadores de moeda, gravadores em pedra ou metal, fabricantes de ânforas, fabricantes de flautas e outros ofícios. Mas, se todos reconheciam a necessidade do artesanato, a habilidade do artesão e a qualidade dos produtos, por que o seu prestígio social era menor do que o do agricultor? Poderíamos apresentar vários fatores que se conjugaram para que esta hierarquia se estabelecesse. Mas vamos destacar dois. O primeiro fator está relacionado ao *valor de uso* do produto<sup>31</sup>. Isto significa dizer que entre o artesão (produtor) e o usuário (comprador) existe uma relação de dependência do artesão, pois é o usuário quem vai dizer se o produto é bom e de qualidade; se irá comprá-lo e por que preço. Assim, o trabalho do artesão aparece como um ofício, e neste sentido era entendido da seguinte forma: *fabricar um objeto era uma coisa, mas o uso deste objeto era outra coisa*. Quem conhecia o produto era quem o usava; portanto, o trabalho do artesão era um serviço. O artesão vendia o seu produto, não o seu trabalho. No seu produto estava o seu talento, e não no seu trabalho. Sendo assim, o artesão aparece socialmente como um instrumento ao lado de suas ferramentas, seja ele livre ou escravo. O ato de produzir do artesão está na forma final do produto e não no esforço que dispensou para fazê-lo. O artesão e o que ele fabrica são considerados como serviços que se prestam à comunidade e não como transformação de algo pelo trabalho. A ação (*práxis*) é da pessoa que sabe usar o produto e este fato se sobrepõe à *poiesis* (criar) e à *téchne* (saber fazer) do artesão. A

*poíesis* e a *téchne* do artesão visavam trazer o prazer/felicidade ao usuário e não atender exclusivamente à necessidade dele (consumidor). Quando se diz *poíesis* significa dizer fabricar/criar através da força mecânica do homem e de seus instrumentos, que nada mais são que o alongamento dos seus braços ou de suas pernas e de sua força muscular. Por exemplo, a roda do oleiro é acionada por seu joelho, o pincel do pintor se movimenta por sua mão habilidosa. A palavra *téchne* quer dizer um conjunto de conhecimentos adquiridos pela prática, que se aprende vendo e fazendo por etapas, para que se desenvolvam a habilidade e a experiência para fabricar alguma coisa bela e de qualidade. A *téchne*, este conhecimento prático de saber fazer, se constitui nas regras de qualquer ofício especializado. Os autores antigos diziam que existiam três espécies de *technai*: a da utilização (a flauta e o flautista), a da imitação (a produção de flautas numa oficina) e a da fabricação/criação – uma flauta pronta para um flautista – usuário. O flautista era quem conhecia o seu uso e vinha qualificar o produto de bom e belo e dizer o preço. Desta forma, o artesanato está a serviço de outrem e da comunidade. Daí ele passava a ser considerado como *mistharnía* – um serviço prestado em contrapartida ao pagamento em moedas. Por estas condições que apresentamos, podemos verificar que o artesão tinha uma relação de dependência, mesmo que fosse rico, daí seu prestígio social ser menor que o do agricultor, que não depende de outro homem para avaliar o produto final do seu esforço, do seu talento ou ver diminuído o seu *tempo livre* disponível para a comunidade cívica.

O segundo aspecto do *status* diferenciado do artesão na *pólis* estava na própria representação do mundo criada neste tipo de sociedade. De um modo geral, tanto os camponeses quanto os artesãos e os comerciantes não transformavam a natureza, eles desejavam continuar com a harmonia e a ordem desta natureza. Os homens das *póleis* não tinham como objetivo criar necessidades e valores que os diferenciavam uns dos outros por sua atividade ou pelo seu esforço pessoal; desta forma, os ofícios correspondiam a talentos diferentes, porém cada um se situava num lugar hierarquizado, mas esta hierarquia estava ligada à concepção de *harmonia e proporção justa* em relação ao *todo* que, neste caso, era a comunidade de cidadãos, a *pólis*. Portanto, socialmente o artesão não é um produtor, ou um empresário, ou um operário. Seja qual for o seu ofício, ele estava numa relação de dependência com o usuário e numa relação de serviço de duplo valor: de uso e de troca. Sua habilidade aparecia na transação da troca e seu *status* de cidadão ficava

comprometido como o daquele homem que não era totalmente livre; mesmo que ele fosse rico, não dispunha na sua integridade da *scholé* exigida pela *pólis*.

Vamos tomar como exemplo um ateniense que possuía uma oficina que produzia flautas<sup>32</sup>. Os biógrafos<sup>33</sup> do orador Isócrates<sup>34</sup> começam as suas obras dizendo o seguinte: “Theodoros cidadão, do *dêmos* de Erchia, pai do orador Isócrates era um *aulopoiós* (fabricante de *aulós* – flautas)” ou “Isócrates era filho de Theodoros o fabricante de flautas”. Dizem ainda os biógrafos que “Theodoros tinha uma riqueza considerável visto que pode ser *choregós*<sup>35</sup> e por ter pago todos os custos da instrução do seu filho Isócrates”.

Os arqueólogos não encontraram a oficina de Theodoros, mas encontraram outras oficinas de flautas em Atenas; como as *póleis* tinham, mais ou menos, a mesma cultura, acredita-se que seriam semelhantes às oficinas de flauta na Ática e mesmo nas outras Cidades-Estados.

A fabricação de instrumentos musicais era chamada, de uma forma geral, de *organopoía* e *aulopoía*, e eram os termos usados para fabricação de instrumentos de sopro, seja a flauta ou o trompete. Acredita-se que *aulopoía* remetia à fabricação de flautas para os flautistas (*auletés* – flautista) que viviam exclusivamente da música. Esta afirmativa se baseia nas informações obtidas nos textos antigos, que diferenciam alguns jovens e alguns pastores<sup>36</sup> que faziam as suas próprias flautas com um caniço de buxo e os *auletaí* que encomendavam a sua flauta numa oficina especializada, para exercerem seu ofício de músico<sup>37</sup>. Portanto, *aulopoía* tratava-se de um ofício; pessoas que sabiam fazer e dedicavam-se a uma atividade manual especializada destinada a transformar a matéria bruta (o caniço, o bronze, o marfim) em uma outra coisa – a flauta. As flautas poderiam ser feitas de madeiras – como do junco, do buxo e do ébano – ou de outros materiais, como o osso, o marfim e o bronze. De acordo com a matéria-prima, esta flauta vai requerer especialista diferente e por vezes era fabricada por partes. Este fato se dá, tendo em vista as seguintes fases: preparação do tubo, a perfuração dos orifícios e o bocal/palheta. A flauta de marfim, de ébano ou de bronze tornava-se mais cara por duas razões: 1º - o marfim, o ébano e o estanho<sup>38</sup> eram importados para Hélade<sup>39</sup>; 2º - este material exigia uma especialização muito maior e etapas na confecção da flauta em outras oficinas, como no caso das flautas de bronze. Muitas vezes se pergunta se estas flautas, tão caras, eram encomendadas por algum músico ou eram confeccionadas para cumprir ex-votos de agradecimento aos deuses pela vitória em algum concurso ou seriam um tipo de prêmio a um músico de excelência.

As flautas encontradas pelos arqueólogos atestam a alta técnica de sua produção, requerendo uma longa aprendizagem e uma alta habilidade na sua confecção, fora a decoração que às vezes aparecem e que demandam um outro tipo de artesão (gravador, ou escultor e miniaturista). Tudo isto significava que o artesão tinha diminuído o seu *tempo livre*, à medida que dedicava grande parte de seu tempo ao seu ofício e ao seu cliente.

De uma mesma oficina não saía uma flauta igual à outra, cada uma se diferenciava ou por seu comprimento ou pelo número, forma e a disposição dos orifícios<sup>40</sup>, demonstrando que era uma atividade manual, executada uma de cada vez, que dependia da habilidade de cada artesão e era confeccionada por encomenda de um flautista ou de uma outra pessoa.

Em Atenas, a música acompanhava uma série de práticas sociais, tais como competições musicais, o coro das peças no teatro, as procissões religiosas, as festas públicas e privadas, os banquetes, a convocação para reuniões públicas, os funerais e a guerra. Portanto, fazia parte da educação<sup>41</sup> dos jovens o ensino da música e do uso de um instrumento musical<sup>42</sup>. O instrumento preferencial era a cítara, pois o músico podia ficar com a face livre, eram as suas mãos que estavam ocupadas executando a melodia harmoniosa, considerada apolínea<sup>43</sup>.

Devemos lembrar que se esta sociedade era a do debate, do argumento, do olhar olho no olho, da palavra e do ver, logo o citarista estava, de uma certa forma, mais próximo deste estilo de vida que o flautista. A flauta e o trompete, ao mesmo tempo que acompanhavam qualquer apresentação musical, provocavam no músico uma distorção no seu rosto e no seu corpo. A boca ficava ocupada no bocal da flauta, as bochechas se estendiam com o movimento do ar necessário para a emissão dos sons; com isto, sua face se assemelhava com a da Górgona<sup>44</sup> e suas mãos também estavam envolvidas na abertura e fechamento dos orifícios para produzir o som, o ritmo da música, e seu corpo se retorcia para obter o ar a ser corretamente emitido para percorrer todo o tubo<sup>45</sup>.

A maioria das informações, tanto na documentação textual quanto na iconográfica, conota os flautistas (homem ou mulher)<sup>46</sup> ao culto do deus Diôniso e seu cortejo de bacantes e sátiros flautistas. O culto de Diôniso estava ligado a uma série de atividades da *pólis*. Existia um ritual específico para cada atividade: por exemplo, no cultivo da vinha, na maceração das uvas, na abertura dos primeiros potes do vinho novo, nas competições teatrais

e nos banquetes públicos ou privados<sup>47</sup>. Todas elas pressupõem um rito em que estivessem presentes a música ritmada, a dança com movimentos rápidos acompanhando o ritmo da música, a ingestão de vinho, a embriaguez e o êxtase. O vinho aparece como o sangue do deus Diônisos e o êxtase como a liberação das repressões sociais. O culto e o ritual a Diônisos produzem uma resposta coletiva de liberdade do outro que existe em cada pessoa; da liberdade reprimida, moldada de acordo com as regras sociais que delineava o comportamento desejado pelos outros<sup>48</sup>. Esta forma de controle, pela educação informal ou formal, tão exaltada nos textos com o nome de “*controle de si*”, produzia tensões internas em cada pessoa e na sociedade, à medida que cada um é e o que esta sociedade desejava e impunha que todos fossem, valendo-se de punições e constrangimentos legais. Portanto, o culto de Diônisos de uma certa forma era catártico/purificador, e a sua música tocada pelos instrumentos de percussão<sup>49</sup> e pela flauta facilitava a descontração e a liberação de si, deste outro que existe em cada um e que se esconde à luz do sol; neste caso, ela era a música que levava a transgressão social, o desmanche das margens e das hierarquias.

Se qualquer artesão já aparecia para a sociedade *poliade* como um prestador de serviço e por isto não era totalmente livre para exercer plenamente o valor considerado de prestígio social – a *scholé*, o fabricante de flauta ainda se apresentava como aquele que produzia um instrumento que alterava a face do músico e dava a seus dedos uma velocidade que produzia tonalidades em tempos e espaços variados totalmente diferente da música tocada pelos citaristas e pelos padrões de beleza; as flautas podiam ser usadas por homens ou mulheres, numa sociedade em que se marcava muito bem o lugar do homem e o da mulher<sup>50</sup>; logo, esta igualdade<sup>51</sup> já implicava numa outra diluição das margens sociais; a flauta podia ser tocada por jovens que ainda não eram cidadãos de plenos direitos ou por pastores que habitavam nas margens do território cívico e mais se este instrumento era integrante constante dos ritos ao deus Diônisos, o libertador dos constrangimentos impostos pela educação. Logo, o fabricante de flautas, por mais habilidoso, por mais rico que fosse, por mais famosa que fosse a sua oficina, era visto socialmente com uma dupla reserva – um prestador de serviços que dependia do outro e o fabricante de um instrumento que dissolvia as margens sociais, afastando-se dos padrões culturais à medida que mantinha o ofício de músico. O flautista poderia ser homem ou mulher ou um sátiro; a sua face lembrava a Górgona, as mãos davam um ritmo marcado provocando

um tipo de música movimentada que, por sua vez, levava uma dança que resultava em movimentos descontraídos que lembrava os ritos dionisíacos que se estendiam até a madrugada, na fronteira, na margem do fim da noite e do despertar do sol, no espaço e no tempo sem o controle do grupo social que construía os valores sociais que minimizaram o *status* dos artesãos, dos comerciantes e dos marinheiros atenienses, porque estes eram os maiores partidários do sistema democrático na *pólis* dos atenienses. Portanto, as informações que possuímos que qualifica o *status* menor dos artesãos vêm de um grupo social que criou valores sociais próprios para um regime aristocrático ou oligárquico. Infelizmente, não dispomos da documentação dos partidários da democracia<sup>52</sup> e, por esta razão, não sabemos quais foram as respostas deles aos argumentos que apresentamos nesta pesquisa em relação ao fabricante de flauta e ao flautista, mas, indiretamente, Aristóteles diz que, mesmo não sendo adequado, muitos dos cidadãos atenienses tocavam as suas flautas e que era um instrumento muito apreciado pelo povo.

### **Documentação**

*Observação: A bibliografia usada está nas notas.*

ARISTÓTELES. *Política*. Lisboa: Vega, 1998 (Edição bilíngüe).

PLATÃO. *A República*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993 (tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira).

FIGURA Nº 01

MAPA DA ÁTICA – destacando-se o território cívico da *pólis* dos atenienses e as regiões da montanha, costa e planície.

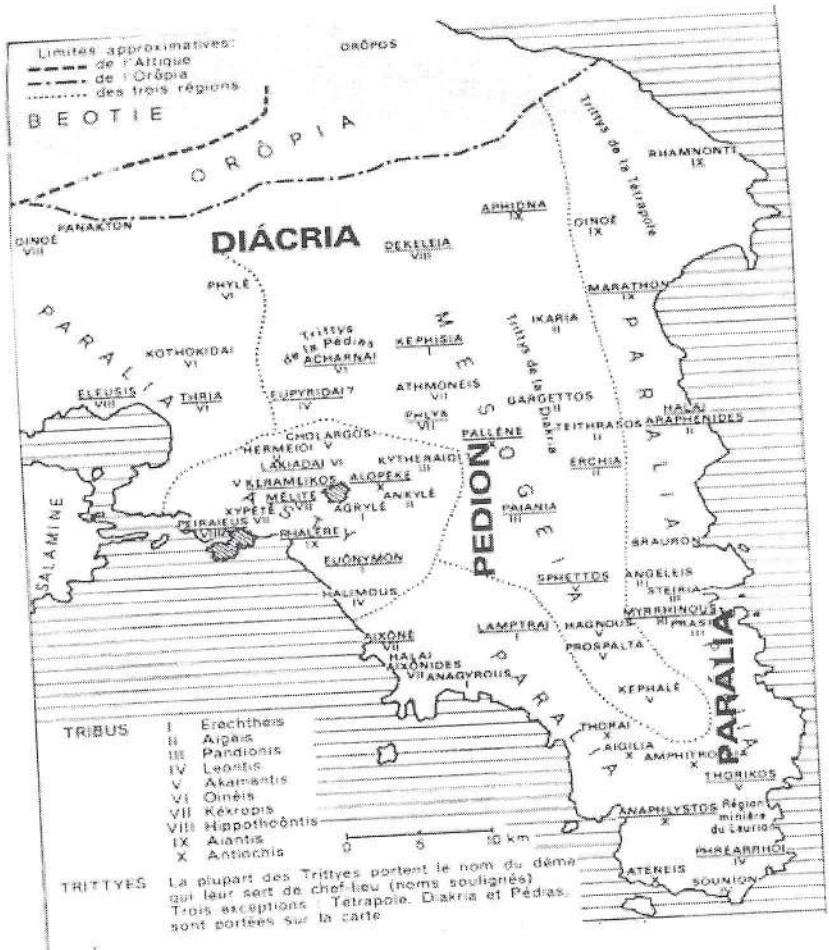


FIGURA Nº 02

A taça era usada para se beber vinho ou água. Esta taça de cerâmica Ática apresenta um motivo referente ao banquete na casa de um cidadão. Destacamos o flautista para que se observe a sua face e se compare com a imagem seguinte da Górgona e a do sátiro flautista desenhados em outras taças.

*Taça  
Flautista num Banquete  
VERNANT, Jean-Pierre et al. La cité des images. Paris: Fernand  
Nathan, 1984  
p. 159*



(Taça Ática; Figuras vermelhas; CVA – Grã-Bretanha 17 – Museu Britânico 9  
(GR 1867:5-8.1061. Datado aprox. 500 a.C.)



FIGURA Nº 03

Taça na qual se encontra desenhada no interior (medalhão) uma Górgona. Imagem considerada aterrorizante. Observe a face do flautista na taça da página anterior e a do sátiro na imagem seguinte.



FIGURA Nº 04

Taça Ática de Figuras Vermelhas. Medalhão desenhado com um sátiro tocando o *aulós* frente ao deus Diônisos. Diônisos aparece com o seu cetro – o *tirso* – que produz também um som como o de um grande chocalho. A música dionisíaca é ritmada pelos instrumentos de percussão e pela flauta, capaz de produzir todos os sons e ritmos.

VERNANT, Jean-Pierre et al. *La cité des images: religion et société en Grèce Antique*. Paris: Ferand Nathan, 1984. p. 146.



FIGURA Nº 05

Taça Ática de figuras vermelhas, com imagens do cortejo ritual dionísíaco, em que aparecem as mênades ou bacantes (mulheres flautistas e dançarinas que participam do ritual ao deus Diônisos). Esta é a parte externa da taça na qual foi desenhado o medalhão anteriormente descrito.

VERNANT, Jean-Pierre et al. *La cité des images: religion et société en Grèce Antique*. Paris: Ferand Nathan, 1984. p. 146.



<sup>1</sup>*Pólis* – é a palavra grega que tem vários significados, como Estado (sociedade politicamente organizada, com território bem delimitado, população diversa e corpo cívico definido por lei); república (regime político adotado pelo Estado, em que as relações se processam entre o cidadão, o Direito, as leis e as instituições políticas). As melhores traduções para *pólis* ou o seu plural, *póleis*, são: Estado, República ou Cidade-Estado.

<sup>2</sup> FINLEY, I. Moses. *A Economia Antiga*. Porto: Afrontamento, 1980 (1ª edição Universidade da Califórnia Pres, 1973).

<sup>3</sup> Modelo – é um conjunto de conceitos ou pressupostos interligados, interdependentes e complementares, construído para representar uma realidade social a ser pesquisada. Um modelo é um instrumento operacional de pesquisa que pode ser modificado durante a pesquisa ou por qualquer outro pesquisador que encontre um novo conjunto conceitual mais adequado de trabalho.

<sup>4</sup> ANDREAU, Jean. *L'Économie Antique. Annales, Histoire, Sciences Sociales*. 50<sup>o</sup> anne, n<sup>o</sup> 5, Septembre-Octobre, Paris: Armand Colin, 1995, pp 947-960; 961-989. Este volume dos Annales discute a tese do historiador M.I. Finley, apresentando novos documentos (cultura material) que demonstram que as atividades comerciais e urbanas eram intensas. BRUNET, Michèle; BERTRAND, Joelle. *Les Athéniens: la recherche d'un destin*. Paris: Armand Colin, 1993.

<sup>5</sup> *Demiurgós* – significa artesão, aquele que cria alguma coisa por sua habilidade pessoal, pelo seu talento.

<sup>6</sup> *Hefestos* é o deus do fogo divino. Ele próprio forja peças de ouro, prata e bronze que se movimentavam. São ainda deuses ligados ao fogo: *Héstia* - (familiar e políade) o fogo que une as pessoas em torno dele (lareira); *Hermes* – o pastor que inventa o fogo dos pastores para as pequenas fogueiras que os aqueciam à noite e protegiam o seu rebanho do ataque dos animais selvagens e *Prometeu* - herói que rouba o fogo de Zeus e oferece ao homem. Graças a Prometeu, o Homem aprendeu a produzir e trabalhar com o fogo. LEDUC, Claudine. *Mythologie, théologie et sémiologie en pays grec*. In: *Discours religieux dans l'Antiquité*. Paris: Belles Lettres, 1995. pp131-150. DELCOURT, Marie. *Hèphaistos ou la légende du magicien*. Paris: Belles Lettres, 1982.

<sup>7</sup> Dédalo é o herói nos mitos que, a convite do rei Minos, em Creta, construiu o gigantesco palácio de Cnossos, que teve o nome de Labirinto pelo emaranhado número de salas, quartos e corredores, nos quais somente ele sabia entrar e sair.

<sup>8</sup> A produção de cereais em Atenas sempre foi deficitária. Atenas dependia do trigo que vinha dos grandes celeiros da Antiguidade, que eram: o Egito, as regiões do Mar

Negro – as terras negras da atual Ucrânia; do sul da Itália e do leste da ilha da Sicília. Para se chegar a estas regiões, era preciso navegar e muito bem. Daí a necessidade de artesãos especializados na construção e na manutenção de barcos, de bons remadores e de marinheiros que dominavam a navegação no mar Mediterrâneo.

<sup>9</sup> As azeitonas transformavam-se em azeite e o azeite precisava, assim como o vinho, de recipientes para o seu transporte; estes vasos eram produzidos nas oficinas dos oleiros. Com os figos se preparavam doces cozidos no mel e os potes e pratos também eram necessários. Toda a cerâmica tinha uma forma e esta forma indicava o seu uso. Os objetos feitos pelos oleiros acompanhavam o homem desde o seu nascimento até a sua morte.

<sup>10</sup> Território cívico é aquele espaço geográfico bem demarcado no qual se exerce a soberania de um Estado. População refere-se a todas as pessoas que habitam um território cívico. Povo compreende o conjunto dos cidadãos – homens adultos com direitos e deveres para com o Estado. A população da *pólis* dos atenienses compreendia: 1º - cidadãos - (homens, jovens, crianças, velhos e mulheres), 2º - metecos – estrangeiros domiciliados em Atenas (homens, crianças, velhos e mulheres) e 3º - escravos – objeto de direito (homens, jovens, crianças, velhos e mulheres).

<sup>11</sup> THEML, Neyde. *O público e o privado na Grécia do VIII ao IV séc. a.C.: o modelo ateniense*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

<sup>12</sup> *Scholé* – palavra grega que significava *tempo livre*, que todo o cidadão deveria dispor para atender aos interesses da comunidade e participar das atividades coletivas. Não pode ser traduzida por ócio, tendo em vista que é neste tempo (*scholé*) disponível que o cidadão demonstra publicamente a sua participação na vida pública.

<sup>13</sup> Juramento dos Efebos (jovens que acabaram de prestar o rito de passagem (guerreiro) da adolescência para a idade adulta). *Eu não desonrarei minhas armas sagradas, não abandonarei meu companheiro ao lado do qual estarei, no meu lugar; defenderei tudo que for sagrado e divino. Não deixarei a terra dos meus ancestrais diminuída, mas ao contrário a deixarei mais forte e maior do que a recebi, sozinho ou junto com todos. Obedecerei aqueles que, de tempo em tempo, governam sabiamente, de acordo com as leis estabelecidas e se alguém se antepor a elas para destruí-las, eu não deixarei, lutarei sozinho ou com todos; honrarei os santuários e o culto aos meus ancestrais. Eu presto este juramento às divindades: Aglauro, Héstia, Enyô, Enyalos, Ares, Atena guerreira, Zeus, Thallô, Auxô, Hegemonía, Heracles, as fronteiras de minha pátria, os trigos, as cevadas, os vinhedos, as oliveiras e as figueiras.* (Estela funerária do IV século a.C.). L.Robert ed. *Etudes épigraphique et philologiques*. Paris: 1938. P.293).

<sup>14</sup> CHEVITARESE, André Leonardo. *O Espaço rural da pólis Grega: O caso ateniense no período Clássico*. Rio de Janeiro: Fábrica do Livro-SENAI, 2001.

<sup>15</sup> A palavra grega é *autárkeia*. Ela não se refere somente à economia ou à produção social; ela envolve a política, a religião, a língua, os costumes e outros aspectos das experiências sociais do cotidiano.

<sup>16</sup> *Kósmos* em grego quer dizer: cosmos, universo e ainda mais: a boa ordem, a beleza e a organização perfeita. Os gregos consideravam o círculo como a forma geométrica básica para se pensar a natureza e qualquer tipo de organização. Este fato se dá pela possibilidade de se ter um centro em que todos os pontos estão em igualdade de posição diante deste centro.

<sup>17</sup> *Tempo livre* – disponível é a tradução da palavra grega – *scholé*. Na verdade, a palavra significa *tempo livre* para participação política ativa e nas diversas formas de convívio, como entre os amigos, vizinhos e toda a comunidade nas festas, espetáculos públicos, assembleias e na guerra.

<sup>18</sup> ARISTÓTELES. Política. 1280a. 30. “[...] *A pólis é uma comunidade de casas e famílias com a finalidade (télōs) de viver com benevolência (cháris) e com autonomia (autárkeia), isto só pode ser realizado se os cidadãos habitarem o mesmo lugar, estabelecendo alianças, participando dos sacrifícios (thysíai) e das diversões (diagogaí) da vida comum e tudo isso é produto da amizade (phíla érgon), já que a escolha de se viver em comunidade supõe a amizade*”. - 1328a. 35. “*A pólis é uma comunidade (koinonía) de iguais que têm como finalidade viver feliz (eudáimon), e como a felicidade (eudaimonía) consiste no exercício (enérgeia) e no uso (krésis) da virtude (areté) [...]*”. 1328b. 5-20- [...] *Temos ainda que considerar quantos são os elementos para que possa existir a pólis. Primeiro lugar tem que existir alimentos (trophé); ofícios (téchnas), em terceiro lugar os guerreiros e as armas, para manter a ordem interna e defender o território [...], o culto aos deuses e autoridade para se estabelecer a justiça entre os cidadãos. [...] Tem que existir um número de camponeses (georgôn) para garantir os alimentos; artesãos (technítas), guerreiros, abundância de riquezas (eúporos), sacerdotes (hieréis) e juizes”...*

<sup>19</sup> Na época em que os helenos viviam organizados em repúblicas, os demais povos estavam organizados politicamente em monarquias, ou em chefias tribais, ou, ainda, em realezas tribais.

<sup>20</sup> As palavras gregas para denominar família e oficina eram, respectivamente, *oikía* e *ergastérion*.

<sup>21</sup> *Agorá* significa reunião de pessoas, praça pública [...] nesta *agorá* de qualquer centro urbano os produtores camponeses e artesãos vendiam os seus produtos. Em cada porto existiam um centro urbano e uma *agorá* onde se trocava o excedente da *pólis* com os produtos que vinham do exterior.

<sup>22</sup> Os cidadãos mais ricos tinham o dever e o direito de cobrir as despesas exigidas por um serviço público. Estes serviços beneficiavam a coletividade. Eles se

apresentavam com contribuições para a manutenção das necessidades do Estado. Esta forma de redistribuição da riqueza era chamada de *liturgia* (*leitourgía*). A *liturgia* era denominada diferentemente de acordo com cada tipo de obrigação do cidadão, por exemplo: *naucraría* – valor em moeda que o cidadão destinava para construção e manutenção de navios; *chorégia* – o valor em moeda para organização e patrocínio dos festivais de teatro.

<sup>23</sup> A obrigação, o dever e o direito de os mais ricos promoverem estas atividades chamadas de *liturgia* eram um direito e um dever para com o Estado. De uma certa forma, a *liturgia* promove o aparecimento de novos ofícios, tais como poetas, músicos, dançarinos, atores, arquitetos, engenheiros, escultores, pintores, pedreiros, carpinteiros, costureiros, barbeiros, sapateiros e outros. A remuneração, paga ao artesão ou mesmo a agricultores, era chamada de *misthós*, que não se pode traduzir por salário, pois o *misthós* é uma quantia em moeda necessária para que o homem possa manter a família e dispor do tempo livre para participação política nas assembleias, nas funções institucionais e nas festas públicas. A melhor tradução para *misthós* seria a palavra “honorários”.

<sup>24</sup> ARISTÓTELES. *Política*. 1268a. 25-38. [...] *a pólis tem necessidade de artesãos (technítas) que vivem de seu ofício (téchnes) [...]*.

<sup>25</sup> Trabalho – Força social organizada para a produção coletiva de *bens econômicos* destinados ao mercado.

<sup>26</sup> *Misthós* é um valor pago em obolós (submúltiplo da dracma) a um homem pelo serviço prestado por um dia ou por jornada. *Misthós* não pode ser traduzido por salário, pois nele não está a parcela que se tira do trabalhador para ampliar o lucro do empresário (*mais valia*). Isto porque o lucro para os atenienses era tudo aquilo que vinha do botim de guerra, de troca de presentes ou de prêmios.

<sup>27</sup> ARISTÓTELES. *Política*. 1282b. 12. [...] *Todas as ciências (epistémais) e todos os ofícios (technais) têm por finalidade (télos) um bem (agathón), portanto, a maior e mais excelente entre todas é a política e o bem político é a justa [...]*”.

<sup>28</sup> *Téchne* significa um saber fazer específico de alguma coisa que depende de um longo e disciplinado aprendizado. *Poiesis* é ação de criar, de transformar a matéria em outra coisa.

<sup>29</sup> Oficina era chamada de *ergastérion* e a casa de *oikía*. Por exemplo, temos oficinas de olaria, de cunhagem de moedas, de ourivesaria, sapateiros, escultores, mas podemos encontrar na parte da frente de uma casa pintores de vasos, tecelagem, venda de doces e outras atividades.

<sup>30</sup> *Bánausos* – artesão a serviço de um outro. A palavra conota, em alguns textos, o sentido de vulgar, coisa de mau gosto, ou descuidado.

<sup>31</sup> VERNANT, J.-P. e VIDAL-NAQUET, P. *Trabalho e escravidão na Grécia Antiga*. Campinas: Papirus, 1989. ACKER, Clara. *Dionysos en Transe: savoir des femmes*. Paris: Harmattan, 2002.

<sup>32</sup> CERQUEIRA, Fábio Vergara. A imagem do músico em face de suspeita de efeminação e à proximidade com o submundo da prostituição e dos vícios. *PHOÏNIX*, Nº 3, 1997, pp 125-138. No Brasil, o professor Fábio Vergara, do Departamento de História e Antropologia da Universidade Federal de Pelotas, é o historiador da Antiguidade, atualmente, mais atualizado em relação à música nas póleis. Defendeu a Tese de doutorado intitulada “*Os instrumentos musicais na vida diária da Atenas tardo arcaica e clássica (550 – 400 a.C.): o testemunho dos textos antigos e da iconografia dos vasos áticos*”, na USP, orientado pela prof. doutora Haiganuch Sarian, em agosto de 2001.

<sup>33</sup> Os dois biógrafos de Isócrates mais conhecidos foram Dionísio de Halicarnasso, *Vida de Isócrates* e Plutarco. *A vida dos dez oradores*.

<sup>34</sup> Isócrates nasceu em Atenas, no *dêmos* de Erchia, provavelmente em 436 a.C e morreu em 388 a.C. Foi professor de retórica e nos deixou vinte e um discursos de conteúdo político. Foi um dos defensores da idéia de Pan-helenismo – união dos helenos. Foi professor de retórica. Todo este tipo de trabalho de Isócrates era também considerado como *téchne*. O professor e aquele que escreve discursos também eram considerados como artesãos.

<sup>35</sup> *Choregós* é uma liturgia em que um cidadão fica responsável pela organização e pagamento dos custos do coro de uma peça a ser apresentada no teatro durante o festival das Grandes Dionisíacas. O orador Lísias, num de seus discursos, diz que o custo de um coro trágico, com cinquenta homens, era 50 minas (em 410 a.C.). A mina era múltiplo da dracma. O sistema monetário ateniense era concebido com uma unidade de troca. Dracma possuía submúltiplos e múltiplos. Sendo assim, uma Dracma era igual a seis Obolós; uma Mina era igual a cem dracmas e um Talento era igual a seis mil dracmas. A moeda ainda era considerada como um símbolo da *pólis*; desta forma, a dracma ática tinha como emblema, de um lado, a deusa protetora de Atenas, e do outro, o atributo animal de Athená, que era a coruja.

<sup>36</sup> VIEIRA, Ana Lúvia Bomfim, CHEVITARESE, A.L., MOURA, J. F. Os pastores nos documentos antigos gregos. In: *História e Imagem* (org. Francisco Carlos Teixeira da Silva), Rio de Janeiro: UFRJ/CAPES, 1998, pp 253-264.

<sup>37</sup> GHYKA, Matila C. *Le nombre d'or*. Paris: Gallimard, 1959; BÉLIS, Annie. *Aristoxène de Tarente et Aristote: Le Traité d'harmonique*. Paris: Klincksieck, 1986; LOHMANN, Johannes. *Mousiké et Logos*. Paris: T.E.R., 1989. BÉLIS, Annie. L'aulos phrygien. *Revue Archéologique*, nº.1, pp.21-40, 1986. BÉLIS, A. Charnières ou auloi?. *Revue Archéologique*, n.1º, pp 108-118, 1988. BÉLIS, A. Les fabricants d'auloi en Grèce; l'exemple de Delos: Actes du Colloque de Lille, *Topoi*, v. 8, pp 777-790, 1998.



<sup>38</sup> O bronze era o produto do cozimento feito de um percentual de cobre com um outro percentual de estanho.

<sup>39</sup> Hélade é hoje a Grécia. O nome de Hélade vem da oliveira (*Heláa*).

<sup>40</sup> Existiram diversos tipos de flautas. Em relação ao tubo: flautas com um só tubo ou com dois tubos, chamada de flauta dupla. Em relação aos orifícios, por exemplo, na flauta pítica, que deveria soar grave, eles deveriam ser largos e constar de pelo menos 18. LAMBIN, Gérard. *La chanson grecque dans l'antiquité*. Paris: CNRS, 1992. SEGAL, Charles. *La musique du Sphinx*. Paris: Décourvert, 1987. LOHMANN, J. *Mousiké et Logos*. Paris: Trans-Europ - Repress, 1989. BÉLIS, Annie. *Amistoxène de Tarente et Amistote: Le Traité d'harmonique*. Paris: Klincksieck, 1986.

<sup>41</sup> Em relação ao ensino da música, existem diferenças entre os textos de Platão e de Aristóteles. A base da oposição, entre os dois, está principalmente na questão se a música estaria ligada ao sentimento, à opinião, à prática ou ao conhecimento. Se fosse concebida como sentimento, prática ou opinião, como poderia ser ensinada? À medida que só se pode ensinar conhecimento.

<sup>42</sup> Sobre o ensino da música existem, por parte de Aristóteles, algumas restrições. Ele começa a considerar a utilidade da música, apresentando várias questões. Ela era necessária para distrair ou descansar? Ela desenvolvia alguma das virtudes cívicas? Ela promovia o desenvolvimento da inteligência? Ela era capaz de melhorar o caráter? Ela produz a saúde do corpo? Conclui que a música é uma das coisas mais agradáveis, tanto no que se refere à melodia quanto ao canto e à dança, sendo, portanto, capaz de produzir alegria e a felicidade do cidadão. Neste aspecto, ela deveria ser ensinada, mas não se dedicaria muito tempo a este ensino. O aprendizado da música não poderia ser um obstáculo à formação do futuro do jovem, principalmente no que se refere à formação do cidadão ativo politicamente; não poderia alterar o corpo do jovem, tornando-o inútil para as atividades guerreiras e cívicas. Estudar-se-ia a música *na justa medida*, para ser capaz de apreciar e se alegrar com as boas melodias e os bons ritmos. Podemos observar que existe uma restrição para aqueles que se dedicam exclusivamente à aprendizagem e ao domínio de um instrumento musical ou mesmo ao canto ou à dança. Ou seja, aquele que se dedicasse ao ofício de músico tinha seu tempo a serviço de outro.

<sup>43</sup> A base do conceito de harmonia estava entre os pitagóricos. Para eles, todo o universo estava organizado pelo princípio (*arché*) da proporcionalidade dos números. A harmonia, desta forma, estaria ligada ao sistema de combinações de proporções aritméticas ou geométricas. Pitágoras (VI séc. a.C.) teria considerado os quatro primeiros números como o conjunto capaz de representar os acordes musicais, as palavras e o Homem. Sendo assim, o *tetraktýs* (1.2.3.4.) seria o princípio (*arché*) de todas as coisas: do kósmos, do Homem, das virtudes, da beleza, da geometria, da

matéria, da alma e de outros elementos da cultura e da natureza (phýsis). Os quatro primeiros números poderiam representar:  $1+2+3+4=10$ . O dez era o número perfeito, arquétipo da dezena. Com este conjunto chegava-se à geometria do espaço através do movimento do ponto; com a linha reta se representava a superfície (o plano) e com as formas geométricas se obtinha o volume. Com o *tetraktýs* desenhavam-se as formas geométricas, como a esfera, o triângulo e o quadrado. O *tetraktýs* se compunha de números que possuíam propriedades simbólicas; assim, o dois, primeiro número para significar o feminino; o três simbolizava o masculino (*corpo, alma e inteligência*); a soma dos dois (feminino (2) e masculino (3)) era igual ao número cinco, que representaria o Homem e é com o pentagrama, numa esfera, que se desenha o ser humano. Com o três (masculino) e o quatro (as virtudes: *disciplina, moderação/temperança, prudência e coragem*) se obtém o sete, número também mágico para os pitagóricos. O sete (combinação do masculino e das virtudes) chega à harmonia musical, que se constituía de sete notas e tons (*tonos- tudo que se pode estender (corda), tom da voz, ritmo*) e as variáveis: o grave (baixo) e o agudo (alto). Com o *tetraktýs* – 1. 2 3 4, o músico (de instrumentos de corda) poderia estabelecer as seguintes proporções/intervalos harmônicos: 2/1; 3/2; 4/3. Para os Pitagóricos, a música era baseada nas matemáticas (proporções aritmética ou geométrica) e na geometria (forma do instrumento/tensão das cordas e o som num ponto do espaço[forma geométrica]). GOBRY, Ivan. *Pythagore*. Paris: Editions Universitaires, 1992.

<sup>44</sup> Górgonas – A qualificação *gorgós* significa “impetuoso, terrível, apavorante”. Nos mitos, as Górgonas eram as três filhas de duas divindades marinhas. Medusa, Ésteno e Eurfale, as Górgonas tinham moldurando suas cabeças cobras enroladas, dentes em forma de presas pontiagudas como as do javali, mãos de bronze, asas de ouro, olhos flamejantes, olhar penetrante que transformava em pedra tudo que as fixasse. Eram temidas pelos deuses e pelos homens. Na linguagem iconográfica, a Górgona é símbolo da morte e de alteridade total. O sátiro é um ser híbrido metade homem, metade bode (homem/animal), e vive nos bosques e nas florestas.

<sup>45</sup> Existe uma outra reserva cultural em relação ao uso das mãos pelos músicos. A destreza manual significava a capacidade de alterar a harmonia e o ritmo da música e provocar os excessos, afastando a música de seu fim, qual seja, a alegria, a felicidade e a purificação, evitando os conflitos sociais. Portanto, existem preferências musicais nos cultos dos diferentes deuses, destacando-se o que se chama de harmonia apolínia e de ritmo dionisíaco.

<sup>46</sup> ANDRADE, Marta Mega. *A cidade das mulheres: cidadania e alteridade feminina na Atenas Clássica*. Rio de Janeiro: LHIA/UFRJ, 2001; LESSA, Fábio de Souza. *Mulheres de Atenas: Mélissa do Gineceu a Agorá*. Rio de Janeiro: Barroso Edições, 2001; CANDIDO, Maria Regina. Medeia: Mito e Mulher. In: *História e Imagem* (org. Francisco Carlos Teixeira da Silva), Rio de Janeiro: UFRJ/CAPES, 1998, pp 265-278.

TRABULSI, José Antonio Dabdab. *Dionysisme pouvoir et société*. Besançon: Belles Lettres, 1990.

<sup>47</sup> LIMA, Alexandre Carneiro Cerqueira. *Cultura popular em Atenas no V século a. C.* Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

<sup>48</sup> ARISTÓTELES. *Política*. 1341a: 15-40. “Não se deve usar na educação (dos jovens) a flauta ou quaisquer instrumentos que requeiram grande preparo técnico [...]. Ademais, a flauta não é um instrumento voltado para a formação ética [...] ela é própria para os momentos orgiásticos; deve-se usá-la, portanto, somente nas ocasiões em que a execução visa à catarse (purificação) e não à educação. Acrescentamos ainda que a flauta, com vistas à educação, tem ainda contra ela o fato de impedir o uso da fala; por isto seu uso foi acertadamente interdito por nossos antepassados aos jovens e aos homens livres; [...], mas, em Atenas se estendeu o seu uso de tal maneira que a maioria dos cidadãos livres sabem tocá-la. [...] 1341b.1-15: Há de fato um fundamento lógico para a história contada pelos antigos a respeito da flauta; dizia-se que Athená, logo após inventá-la, jogou-a fora; [...] a deusa agiu desse modo por desgosto diante da deformação na face de seus executantes, na realidade, é mais provável que tenha sido porque o aprendizado da *téchne* em nada contribui para o aperfeiçoamento da inteligência (*diánoia*) [...]”. [...] no que se refere ao ofício (*ergástias*), ao instrumento, e ao ensino da *téchne* (para exercer o ofício de flautista) eles não se propõem a cultivar as virtudes, mas a propiciar o prazer (*hedonês*) aos ouvintes (povo) [...].

<sup>49</sup> Acompanham o cortejo dionísíaco instrumentos musicais que garantem o ritmo e o êxtase, tais como: *króton* – instrumento em forma de duas placas (madeira ou de metal) mais ou menos alongadas, que eram colocadas entre os dedos como as atuais castanholas; *kýmbalon* – discos de metal mais ou menos arredondados, pequenos e côncavos; o pandeiro – *túmpanon* – instrumentos de percussão, e a flauta, instrumento de sopro. BRULÉ, Pierre. Hyménée Sonore: la musique du gamos. *Chanter les dieux musique et religion dans l'Antiquité Grécque et Romaine*. Rennes: P.U.R., 2001. pp. 243-275.

<sup>50</sup> Podemos verificar, na documentação textual e iconográfica, uma dualidade bem marcada entre masculino e feminino que esquematicamente poderia se apresentar da seguinte forma:

HOMEM: alto – sol – dia – luz – direita – seco -	Som grave – convexo – fala - razão – espada/bastão
MULHER: baixo – lua – noite- escuro – esquerdo – úmido	Som agudo – côncavo – silêncio – méis - roca/espelho

<sup>51</sup> Aristóteles. *Política*. 1301b:25-35. “[...] as guerras civis (*stásis*) têm por causa a desigualdade [...] em geral aqueles que se revoltam procuram a igualdade. Mas, a igualdade tem dois modos: a igualdade numérica e a igualdade segundo o valor (*axían*). Chamo de igual numérico o que é igual e idêntico em quantidade e tamanho e igual segundo o valor o que é proporcional, por exemplo, numericamente o que

*está acima de três sobre dois é igual ao que está acima de dois sobre um; e proporcional é o que é igual do que está acima de quatro sobre dois, que é o mesmo do de dois sobre um, portanto ambos os casos são iguais.”*

<sup>32</sup> Atenas conheceu três formas de regime político: aristocrático, oligárquico e democrático. A documentação de que dispomos hoje, escrita, iconográfica e cultura material, é basicamente a fala dos aristocratas ou oligarcas de Atenas. Nada restou dos partidários da democracia. Sabemos da democracia pela fala daqueles que eram contrários a ela.